# SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SERPA

## Anexo

## 2021

© F3M – Information Systems, SA

# Índice


1 Identificação da Entidade ..... 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras ..... 4
3 Principais Políticas Contabilísticas ..... 5
3.1 Bases de Apresentação ..... 5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração ..... 7
4 Ativos Fixos Tangíveis ..... 16
5 Ativos Intangíveis ..... 19
6 Locações ..... 20
7 Custos de Empréstimos Obtidos ..... 20
8 Inventários ..... 21
9 Rédito ..... 21
10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ..... 21
11 Subsídios do Governo e apoios do Governo ..... 21
12 Efeitos de alterações em taxas de câmbio ..... 22
13 Imposto sobre o Rendimento ..... 22
14 Benefícios dos empregados ..... 22
15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais ..... 22
16 Outras Informações ..... 23
16.1 Investimentos Financeiros ..... 23
16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros ..... 23
16.3 Clientes e Utentes ..... 24
16.4 Outros créditos a receber ..... 24
16.5 Diferimentos ..... 24
16.6 Outros Ativos Financeiros ..... 25
16.7 Caixa e Depósitos Bancários ..... 25
16.8 Fundos Patrimoniais ..... 25
16.9 Fornecedores ..... 25
16.10 Estado e Outros Entes Públicos ..... 25
16.11 Outros Passivos Correntes ..... 26
16.12 Outros Passivos Financeiros ..... 26
16.13 Subsídios, doações e legados à exploração ..... 26
16.14 Fornecimentos e serviços externos ..... 26
16.15 Outros rendimentos ..... 27




© F3M – Information Systems, SA

16.16 Outros gastos ..... 27
16.17 Resultados Financeiros ..... 27
16.18 Acontecimentos após data de Balanço ..... 28


© F3M – Information Systems, SA

## 1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SERPA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "" com estatutos publicados no Diário da República n.º, Série II, com sede em Largo de S. Francisco - Apartado 35. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- 

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

| Reconciliação dos Fundos Patrimoniais | |
|---|---|



© F3M – Information Systems, SA

| | |
|---|---|
| **Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC** | |
| Desreconhecimento de Ativos Intangíveis | |
| Outros Ajustamentos | |
| Impostos Diferidos | |
| Total de Ajustamentos | 0.00 |
| **Fundos Patrimoniais SNC-ESNL** | |

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

| **Reconciliação do Resultado** | |
|---|---|
| **Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC** | |
| Desreconhecimento de Ativos Intangíveis | |
| Outros Ajustamentos | |
| Impostos Diferidos | |
| Total de Ajustamentos | 0.00 |
| **Resultado Líquido SNC-ESNL** | |

# 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

## 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

### 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.


© F3M – Information Systems, SA

### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir


© F3M – Information Systems, SA

de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

#### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

#### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

#### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.



© F3M – Information Systems, SA

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

a) A retribuição total paga ou recebida;

b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|---|---|
| Projetos de Desenvolvimento | |
| Programas de Computador | |



© F3M – Information Systems, SA

| | |
|---|---|
| Propriedade industrial | |
| Outros Ativos Intangíveis | |

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|---|---|
| Terrenos e recursos naturais | |
| Edifícios e outras construções | 50 anos |
| Equipamento básico | 7 e 8 anos |
| Equipamento de transporte | 4 anos |
| Equipamento biológico | |
| Equipamento administrativo | 3 e 7 anos |
| Outros Ativos fixos tangíveis | |


© F3M – Information Systems, SA

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem


© F3M – Information Systems, SA

benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

"As "Propriedades de Investimento" são registadas à data da doação e atualizadas em função do seu valor patrimonial.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço,



© F3M – Information Systems, SA

efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.
De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.
A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.
Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;


© F3M – Information Systems, SA

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros


© F3M – Information Systems, SA

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários
A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar
As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um


© F3M – Information Systems, SA

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:



© F3M – Information Systems, SA

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a caraterística qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

| Descrição |
|---|
| |

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

| | 2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | 498 797.90 | | | | | 498 797.90 |



© F3M – Information Systems, SA

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Bens Imóveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Arquivos | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Bibliotecas | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Museus | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Bens móveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| **Total** | **498 797.90** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **498 797.90** |

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

| | 2021 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Saldo inicial** | **Aquisições / Dotações** | **Abates** | **Transferências** | **Revalorizações** | **Saldo final** |
| **Custo** | **498 797.90** | | | | | **498 797.90** |
| Bens Imóveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Arquivos | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Bibliotecas | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Museus | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Bens móveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| **Total** | **498 797.90** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **498 797.90** |

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| | 2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Saldo inicial** | **Aquisições / Dotações** | **Abates** | **Transferências** | **Revalorizações** | **Saldo final** |
| **Custo** | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 154 042.29 | | | | | 154 042.29 |
| Edifícios e outras construções | 2 940 447.78 | | | | | 2 940 447.78 |
| Equipamento básico | 689 406.47 | 13 791.86 | | | | 703 198.33 |
| Equipamento de transporte | 171 150.58 | | | | | 171 150.58 |
| Equipamento biológico | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Equipamento administrativo | 72 352.97 | 23 473.32 | | | | 95 826.29 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 204.71 | | | | | 204.71 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 1 295 342.68 | 2 447 812.46 | | | | 3 743 155.14 |
| **Total** | **5 322 947.48** | **2 485 077.64** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **7 808 025.12** |
| **Depreciações acumuladas** | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Edifícios e outras construções | 482 427.75 | 58 532.95 | | | | 540 960.70 |
| Equipamento básico | 570 301.01 | 38 048.97 | | -124.51 | | 608 225.47 |
| Equipamento de transporte | 171 150.58 | | | | | 171 150.58 |
| Equipamento biológico | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Equipamento administrativo | 62 819.49 | 9 684.73 | | -40.05 | | 72 464.17 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 109.93 | | | | | 109.93 |
| **Total** | **1 286 808.76** | **106 266.65** | **0.00** | **-164.56** | **0.00** | **1 392 910.85** |
| **Total líquido** | 4 036 138.72 | | | | | 6 415 114.27 |



© F3M – Information Systems, SA

| | 2021 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| **Custo** | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 154 042.29 | | | | | 154 042.29 |
| Edifícios e outras construções | 2 940 447.78 | | | | | 2 940 447.78 |
| Equipamento básico | 703 198.33 | 4 333.30 | | | | 707 531.63 |
| Equipamento de transporte | 171 150.58 | 6 200.00 | | | | 177 350.58 |
| Equipamento biológico | 95 826.29 | 2 709.91 | | | | 98 536.20 |
| Equipamento administrativo | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 204.71 | | | | | 204.71 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 3 743 155.14 | 212 618.91 | | | | 3 955 774.05 |
| **Total** | **4 064 869.98** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **8 033 887.24** |
| **Depreciações acumuladas** | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Edifícios e outras construções | 540 960.70 | 58 532.95 | | | | 599 493.65 |
| Equipamento básico | 608 225.47 | 28 974.02 | | | | 637 019.49 |
| Equipamento de transporte | 171 150.58 | 1 550.00 | | | | 172 700.58 |
| Equipamento biológico | 72 464.17 | 10 391.33 | | | | 82 855.50 |
| Equipamento administrativo | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 109.93 | | | | | 109.93 |
| **Total** | **1 392 910.85** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **1 492 179.15** |

Propriedades de Investimento

No que concerne às Propriedades de Investimento os movimentos ocorridos, nos períodos de 2020 e 2021, foram os seguintes:

| | 2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições | Alienações | Transferências | Depreciações | Saldo Final |
| Propriedades de investimento | 296 699.07 | | 27 735.73 | | 1 952.32 | 267 011.02 |
| **Total** | **296 699.07** | **0.00** | **27 735.73** | **0.00** | **1 952.32** | **267 011.02** |

| | 2021 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições | Alienações | Transferências | Depreciações | Saldo Final |
| | 267 011.02 | | | | 3 747.94 | 263 263.08 |
| **Total** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** |

Com efeitos a 1 de janeiro de 2015 a gestão o Hospital de São Paulo (o Hospital) foi devolvida à Instituição. O acordo de cooperação que estabelece a referida devolução, formalizado em 14 de novembro de 2014, indicava que não existia compensação a atribuir pelo investimento em equipamentos realizado no Hospital pelo facto do mesmo se encontrar totalmente amortizado. De acordo o parágrafo 7.6 da NCRF-ESNL um dos critérios para a mensuração de bens do ativo



© F3M – Information Systems, SA

fixo tangível, atribuídos a título gratuito, em que o custo pode ser desconhecido é valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. Uma vez que todo o investimento realizado no Hospital, de acordo com o disposto no acordo de cooperação se encontrava, à data da devolução da gestão do Hospital, totalmente amortizado, em concordância com uma das possibilidades previstas no normativo contabilístico não foi registado qualquer valor na rubrica de Ativos fixos tangíveis. Até esta data nunca foi efetuada uma inventariação dos bens que integravam o Hospital tendo apenas sido reconhecias as respetivas adições posteriores.

Para garantir o bom e integral cumprimento dos financiamentos e outras obrigações da Entidade encontram-se hipotecados os seguintes imóveis:

- Av. Simon Bolivar em Serpa, instalações da Unidade da Senhora de Guadalupe e Bloco Operatório;
- Largo de São Paulo em Serpa, onde opera o Hospital de São Paulo;
- Rua do Pescador, Serpa.

O valor líquido contabilístico dos imóveis listados ascende a 2.945.617,10 euros.

## 5 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

| Descrição |
|---|
| |

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| | 2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| **Custo** | | | | | | |
| Goodwill | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Projetos de Desenvolvimento | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Programas de Computador | 7 598.35 | | | | | 7 598.35 |
| Propriedade Industrial | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| **Total** | **7 598.35** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **7 598.35** |
| **Depreciações acumuladas** | | | | | | |
| Goodwill | 0.00 | | | | | 0.00 |



© F3M – Information Systems, SA

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Projetos de Desenvolvimento | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Programas de Computador | 7 598.35 | | | | | 7 598.35 |
| Propriedade Industrial | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| **Total** | **7 598.35** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **7 598.35** |

| | 2021 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Saldo inicial** | **Aquisições / Dotações** | **Abates** | **Transferências** | **Revalorizações** | **Saldo final** |
| **Custo** | | | | | | |
| Goodwill | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Projetos de Desenvolvimento | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Programas de Computador | 7 598.35 | | | | | 7 598.35 |
| Propriedade Industrial | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| **Total** | **7 598.35** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **7 598.35** |
| **Depreciações acumuladas** | | | | | | |
| Goodwill | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Projetos de Desenvolvimento | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Programas de Computador | 7 598.35 | | | | | 7 598.35 |
| Propriedade Industrial | 0.00 | | | | | 0.00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0.00 | | | | | 0.00 |
| **Total** | **7 598.35** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **0.00** | **7 598.35** |

## 6 Locações

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa não detém ativos com recurso à locação financeira.

## 7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Corrente** | **Não Corrente** | **Total** | **Corrente** | **Não Corrente** | **Total** |
| Empréstimos Bancários | 695 064.85 | 4 793 227.90 | 5 488 292.75 | 297 910.87 | 4 738 090.95 | 5 036 001.82 |
| Locações Financeiras | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Descobertos Bancários | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Contas caucionadas | | | 0.00 | | | 0.00 |
| Contas Bancárias de Factoring | | | 0.00 | | | 0.00 |
| Contas bancárias de letras descontadas | | | 0.00 | | | 0.00 |
| Outros Empréstimos | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |



© F3M – Information Systems, SA

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total | 243 557.12 | 5 244 735.63 | 5 488 292.75 | 297 910.87 | 4 738 090.95 | 5 036 001.82 |

## 8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

| | 2020 | | | | 2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Inventário inicial | Compras | Reclassificações e Regularizações | Inventário final | Compras | Reclassificações e Regularizações | Inventário final |
| Mercadorias | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 65 887.89 | 0.00 | 0.00 | 73 481.19 | 0.00 | 0.00 | 55 413.46 |
| Produtos acabados e intermédios | 0.00 | | 0.00 | 0.00 | | 0.00 | 0.00 |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | 0.00 | | 0.00 | 0.00 | | 0.00 | 0.00 |
| Produtos e trabalhos em curso | 0.00 | | 0.00 | 0.00 | | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **65 887.89** | **0.00** | **0.00** | **73 481.19** | **0.00** | **0.00** | **55 413.46** |
| | | | | | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | | 306 631.77 | | | 286 365.16 |
| Variações nos inventários da produção | | | | 0.00 | | | 0.00 |

## 9 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Vendas | 0.00 | 0.00 |
| **Prestação de Serviços** | | |
| Quotas de utilizadores | 932 730.92 | 984 935.09 |
| Quotas e joias | 1 859.00 | 1 771.00 |
| Promoções para captação de recursos | 0.00 | 0.00 |
| Rendimentos de patrocinadores e colaborações | 0.00 | 0.00 |
| Juros | 0.00 | 0.00 |
| Royalties | 0.00 | 0.00 |
| Dividendos | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **934 589.92** | **986 706.09** |

## 10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

## 11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":



© F3M – Information Systems, SA

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Subsídios do ISS, ULSBA e ARS** | | |
| | 2 495 638.98 | 2 685 294.61 |
| **Apoios** | | |
| Outros | 59 665.38 | 55 028.92 |
| **Total** | **2 555 304.36** | **2 740 323.53** |

## 12 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

## 13 Imposto sobre o Rendimento

A Santa Casa de Misericórdia de Serpa está isenta de IRC.

## 14 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 173 e em 31/12/2020 foi de 180.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Remunerações aos Orgãos Sociais | 0.00 | 0.00 |
| Remunerações ao pessoal | 2 210 992.22 | 2 195 260.22 |
| Benefícios Pós-Emprego | 0.00 | 0.00 |
| Indemnizações | 0.00 | 0.00 |
| Encargos sobre as Remunerações | 445 419.37 | 445 892.32 |
| Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais | 22 058.64 | 22 058.64 |
| Gastos de Ação Social | 0.00 | 0.00 |
| Outros Gastos com o Pessoal | 7 458.53 | 11 290.77 |
| **Total** | **2 685 928.76** | **2 674 501.95** |

## 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Desde março de 2021 que as contribuições para a Segurança Social, devidas pela Entidade sobre a remuneração mensal dos seus colaboradores, têm vindo a ser pagas através de planos prestacionais a 12 meses. Em 18 de março de 2022 a Segurança Social reportava uma dívida total de 161.113 euros, que incluía juros de mora e custas, referente às contribuições dos meses de outubro de 2021 a janeiro de 2022. A Entidade solicitou subsequentemente à Segurança Social o pagamento das contribuições dos meses de outubro a dezembro de 2021 através de um novo plano prestacional, encontrando-se este pendente de aprovação formal. Em 31 de



© F3M – Information Systems, SA

dezembro de 2021 a Entidade apresentava também uma dívida de 39.872 euros à Caixa Geral de Aposentações a qual respeitava às contribuições de janeiro a dezembro de 2021. Esses valores foram pagos subsequentemente.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2011, foram de 5 904.00€ em cada um dos períodos.

## 16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Investimentos em subsidiárias** | **0.00** | **0.00** |
| Método de Equivalência Patrimonial | 0.00 | 0.00 |
| Outros Métodos | 0.00 | 0.00 |
| **Investimentos em associadas** | **0.00** | **0.00** |
| Método de Equivalência Patrimonial | 0.00 | 0.00 |
| Outros Métodos | 0.00 | 0.00 |
| **Investimentos em entidades conjuntamente controladas** | **0.00** | **0.00** |
| Método de Equivalência Patrimonial | 0.00 | 0.00 |
| Outros Métodos | 0.00 | 0.00 |
| **Investimentos noutras empresas** | **500.00** | **500.00** |
| **Outros investimentos financeiros** | **40 292.79** | **36 217.37** |
| **Perdas por Imparidade Acumuladas** | **0.00** | **0.00** |
| **Total** | **40 792.79** | **36 717.37** |

### 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Ativo** | | |
| Fundadores/associados/membros - em curso | 0.00 | 0.00 |
| Doadores - em curso | 0.00 | 0.00 |
| Patrocinadores | 0.00 | 0.00 |
| Quotas | 3 100.00 | 2 268.28 |
| Financiamentos concedidos - Fundador/doador | 0.00 | 0.00 |
| Outras operações | 0.00 | 0.00 |
| Perdas por imparidade | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **3 100.00** | **2 268.28** |
| **Passivo** | | |
| Fundadores/associados/membros - em curso | 0.00 | 0.00 |
| Financiamentos obtidos - Fundador/doador | 0.00 | 0.00 |
| Resultados disponíveis | 0.00 | 0.00 |
| Outras operações | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **0.00** | **0.00** |



© F3M – Information Systems, SA

## 16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Clientes e Utentes c/c** | | |
| Clientes | 0.00 | 0.00 |
| Utentes | 203 077.39 | 194 353.47 |
| **Clientes e Utentes títulos a receber** | | |
| Clientes | | |
| Utentes | 0.00 | 0.00 |
| **Clientes e Utentes factoring** | | |
| Clientes | | |
| Utentes | | |
| **Clientes e Utentes cobrança duvidosa** | | |
| Clientes | | |
| Utentes | 17 479.01 | 17 479.01 |
| **Total** | **185 598.38** | **176 876.46** |

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Clientes | | |
| Utentes | -17 479.01 | -17 479.01 |
| **Total** | **-17 479.01** | **-17 479.01** |

## 16.4 Outros créditos a receber

A rubrica "Outros créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Remunerações a pagar ao pessoal | 0.00 | 0.00 |
| Adiantamentos ao pessoal | 0.00 | 0.00 |
| Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos | 0.00 | 1 138.38 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 0.00 | 0.00 |
| Outras operações | 480.46 | 65.38 |
| Outros Devedores | 323 693.55 | 590 456.39 |
| Perdas por Imparidade | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **324 174.01** | **591 660.15** |

## 16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Gastos a Reconhecer** | | |
| | 11 134.10 | 10 730.48 |
| **Total** | **11 134.10** | **10 730.48** |
| **Rendimentos a Reconhecer** | | |
| | 70 000.00 | 70 000.00 |



© F3M – Information Systems, SA

| | | |
|---|---|---|
| **Total** | **70 000.00** | **70 000.00** |

## 16.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

## 16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Caixa | 4 362.80 | 4 264.47 |
| Depósitos à ordem | 563 379.61 | 148 601.84 |
| Depósitos a prazo | 0.00 | 0.00 |
| Outros | | |
| **Total** | **567 742.41** | **152 866.31** |

## 16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo Inicial | Aumentos | Diminuições | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|
| Fundos | 508 456.48 | 0.00 | 0.00 | 508 456.48 |
| Excedentes técnicos | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Reservas | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Resultados transitados | 566 439.94 | 0.00 | -657 584.51 | -91 144.57 |
| Excedentes de revalorização | 10 345.05 | 0.00 | 0.00 | 10 345.05 |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 899 182.53 | 0.00 | -15 451.91 | 883 730.62 |
| **Total** | **1 984 424.00** | **0.00** | **-673 036.42** | **1 311 387.58** |

## 16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores c/c | 275 887.69 | 203 637.84 |
| Fornecedores títulos a pagar | 0.00 | 0.00 |
| Fornecedores faturas em receção e conferência | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **275 407.23** | **203 637.84** |

## 16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Ativo** | | |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) | 0.00 | 2 628.00 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 0.00 | 120 566.99 |
| Outros Impostos e Taxas | 0.00 | 20.00 |
| **Total** | **0.00** | **123 214.99** |
| **Passivo** | | |



© F3M – Information Systems, SA

| | | |
|---|---|---|
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) | 0.00 | 0.00 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 147.28 | 0.00 |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) | 25 168.39 | 12 905.60 |
| Segurança Social | 198 945.89 | 47 978.18 |
| Outros Impostos e Taxas | 5 825.89 | 7 530.16 |
| **Total** | **230 087.45** | **68 413.94** |

## 16.11 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| **Pessoal** | | | | |
| Remunerações a pagar | | 1 323.00 | | 544.43 |
| Cauções | 0.00 | | 0.00 | |
| Outras operações | | 2 737.53 | | 513.07 |
| Adiantamentos por conta de vendas | | 1 750.00 | | 11 750.00 |
| Clientes | | 63 223.27 | | 63 902.24 |
| **Fornecedores de Investimentos** | | **515 284.60** | | **476 647.10** |
| **Credores por acréscimo de gastos** | | **487 146.95** | | **517 209.09** |
| **Outros credores** | | **741 792.93** | | **538 947.84** |
| **Total** | **0.00** | **1 813 258.88** | **0.00** | **1 609 513.77** |

## 16.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

## 16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos | 2 555 304.36 | 2 740 323.53 |
| Subsídios de outras entidades | 0.00 | 0.00 |
| Doações e heranças | 0.00 | 0.00 |
| Legados | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **2 555 304.36** | **2 740 323.53** |

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

## 16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Subcontratos | 0.00 | 0.00 |



© F3M – Information Systems, SA

| | | |
|---|---|---|
| Serviços especializados | 685 691.30 | 689 470.96 |
| Materiais | 56 432.92 | 87 854.06 |
| Energia e fluidos | 167 414.64 | 156 118.36 |
| Deslocações, estadas e transportes | 19 589.86 | 22 577.37 |
| Serviços diversos | 303 153.01 | 363 556.87 |
| **Total** | **1 232 281.73** | **1 319 577.62** |

## 16.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Rendimentos Suplementares | 19 889.87 | 22 255.52 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 970.00 | 0.00 |
| Recuperação de dívidas a receber | 0.00 | 0.00 |
| Ganhos em inventários | 0.00 | 0.00 |
| Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 0.00 | 0.00 |
| Rendimentos nos restantes ativos financeiros | 48 067.15 | 58 460.19 |
| Rendimentos em investimentos não financeiros | 13 306.84 | 12 906.84 |
| Outros rendimentos | 81 080.97 | 39 524.77 |
| **Total** | **163 314.83** | **133 147.32** |

## 16.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Impostos | 1 097.83 | 1 137.52 |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 0.00 | 0.00 |
| Incobráveis | 48.00 | 0.00 |
| Perdas em inventários | 0.00 | 0.00 |
| Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 0.00 | 0.00 |
| Gastos nos restantes investimentos financeiros | 0.00 | 0.00 |
| Gastos em investimentos não financeiros | 4 368.74 | 0.00 |
| Outros Gastos | 8 044.27 | 15 229.26 |
| **Total** | **13 558.84** | **16 366.78** |

## 16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Juros e gastos similares suportados** | | |
| Juros suportados | 29 522.67 | 35 152.58 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 0.00 | 0.00 |
| Outros gastos e perdas de financiamento | 5 259.61 | 4 307.29 |
| **Total** | **34 782.28** | **39 459.87** |
| **Juros e rendimentos similares obtidos** | | |
| Juros obtidos | 0.00 | 0.00 |
| Dividendos obtidos | 0.00 | 0.00 |
| Outros Rendimentos similares | 0.00 | 0.00 |



© F3M – Information Systems, SA

| | | |
|---|---|---|
| Total | 0.00 | 0.00 |
| Resultados Financeiros | -34 782.28 | -39 459.87 |

## 16.18 Acontecimentos após data de Balanço

O Hospital de S. Paulo de uma forma geral refletiu nos seus rendimentos, uma perda significativa, agravando assim o seu défice comparativamente aos exercícios anteriores.

O SUA (Serviço de Urgência Avançado) melhorou substancialmente o seu resultado, ainda que se mantenha em valores negativos. Apesar da perda de receitas totais comparticipadas (2020 – 267 988.14 € / 2021 – 249 869.79 €) e de taxas moderadoras (2020 – 25 716.46€ / 2021 – 21 440.90 €), a retenção de custos em Fornecimentos e Serviços Externos em cerca de 38 000.00 € acabou por gerar um equilíbrio face à perda de rendimentos.

Nas Consultas Externas o resultado líquido negativo agravou-se em 2021. O aumento nas receitas privadas e nos subsídios da ULSBA não foram acompanhados pelo acréscimo de custos com o pessoal e de fornecimentos e serviços externos. O mesmo se sucedeu com os MCDTs, onde o grande aumento de custos com o pessoal acabou por agravar o resultado líquido negativo.

A continuidade dos resultados consecutivamente negativos e de elevada grandeza no Hospital de S. Paulo dão origem a restrições na gestão financeira e da tesouraria da instituição.

Em Março de 2022 procedeu-se ao pedido de reembolso dos Fundos de Compensação referentes a contratos cessados em anos anteriores, que foi consecutivamente contabilizado em 2021.

No Programa Alimentar (POAPMC) demos início aos pedidos de reembolso de 2021 que se encontravam em falta, não tendo sido contabilizado nenhum valor em 2021, pois o valor recebido só é conhecido quando a Segurança Social emitir o pagamento.

À data 7 de Março de 2022, os valores devidos à Caixa Geral de Aposentações (33 399.48 €) referentes a 2021 já se encontravam liquidados, estando à data de hoje apenas em dívida os valores relativos a Fevereiro.


© F3M – Information Systems, SA

Os valores recebidos pela Câmara Municipal de Serpa foram imputados a anos anteriores (20 034.36 €) devido ao facto de ser referente a despesas datadas de Novembro e Dezembro.

À data do Balanço encontrava-se a decorrer 2 processos prestacionais na Segurança Social no valor total de 158 857.96 €.

SERPA, 31 de Março de 2022

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa



© F3M – Information Systems, SA